

A mudança da língua no tempo e no espaço

Maria Helena Mira Mateus
ILTEC / FLUL

*Flor do Lácio, Sambódromo
Lusamérica. Latim em pó
O que quer,
O que pode
Esta língua?*

Caetano Veloso, Língua. In *Velô*

1. Introdução

Perguntar o que quer e o que pode esta língua é como perguntar o que querem e podem aqueles que a falam. A língua, como todos nós, quer palpitar, crescer, tornar-se flexível e colorida, expandir-se, enfim, viver. E isso só acontece porque usamos a língua para comunicar com os outros e connosco mesmos. O mais admirável é que, com poucas dezenas de sons, todas as pessoas podem construir, em qualquer língua do mundo, uma infinidade de expressões que revelam aos outros o que pensam, o que imaginam e o que sentem. Neste aspecto as línguas têm todas o mesmo estatuto e a mesma grandeza. Como diz Pinker:

“As invenções culturais variam imenso na sua sofisticação de sociedade para sociedade (...) Alguns grupos contam pelos nós dos ossos, e cozinham em fogos acendidos com paus afiados, enquanto outros usam computadores e fornos de microondas. A linguagem, no entanto, destrói esta correlação. Há sociedades que estão na idade da pedra, mas não existe uma língua que esteja na idade da pedra” (Pinker, 1995: 27).

A linguagem, concretizada nas línguas, é a “maravilhosa invenção” de que nos falam Galileu, Descartes, Chomsky. E a língua portuguesa é uma das suas concretizações. Ela reflecte, também, a excepcionalidade dessa maravilhosa invenção.

2. Alguns marcos históricos

Sabemos que o português provém do latim vulgar falado no noroeste da Península Ibérica, que foi modulado pela influência de certas características dos primitivos habitantes da região. Essa influência motivou a supressão do *-l-* e do *-n-* latinos entre vogais, produzindo assim uma das grandes diferenças entre o português e o espanhol, língua em que essas consoantes se mantiveram (p.ex. port. *só, mau, cor, mão*; esp. *solo; malo; color; mano*). Outro aspecto diferenciador, decorrente da mesma influência, levou à manutenção das vogais breves latinas como abertas, sem a ditongação que sofreram em espanhol (p.ex. *sete, medo, porta, sorte*, diferindo de *siete, miedo, puerta, suerte*). Mais tarde, o português recebeu larga contribuição do árabe, sobretudo no campo do léxico e em algumas pronúncias particulares (são arabismos *açorda, albufeira, algodão, faquir, harém*, etc., e a pronúncia da consoante inicial de palavras como *xaile* ou *xarope*). Evidentemente, como todas as línguas, o português foi enriquecendo e mudando ao longo da sua história em contacto com outras línguas próximas e afastadas.

Podemos afirmar, com base em nomes de pessoas e lugares e em alguns aspectos lexicais de documentos da época, que entre os séculos VI e VIII o português foi adquirindo características próprias que permitem identificar esse período como o início do léxico comum galaico-português¹. Mas só pelos séculos XII-XIII se encontram documentos que revelam a utilização de uma nova língua com autonomia em relação à latina. E é evidente que, quando uma língua começa a ser documentada graficamente, ela já é pertença de muitos falantes desde há longo tempo.

É hoje largamente aceite que a **primeira manifestação do português escrito** remonta ao reinado de D. Afonso Henriques. Trata-se de um documento de dívidas, uma “Notícia de fiadores”, datada de 1175, da autoria de Paio Soares Romeu². Outros dois

¹ Ver Piel, 1976: 389-390.

² Este documento foi dado a conhecer por Ana Maria Martins em 1999. Ver Martins, 1999.

textos que são referidos como pertencendo ao grupo dos mais antigos documentos escritos em português são a “Notícia de Torto”³ e o Testamento de Afonso II, ambos reportados a 1214. A análise desta documentação primitiva e de produções poéticas contemporâneas leva à afirmação de que “parece não restar qualquer margem para duvidar de que se escrevia em português na segunda metade do século XII”⁴.

Entre os séculos XII e XXI o português viveu novecentos anos de alterações e expansão. Uma frase como “De noticia de torto que fezerũ a Laurecius Fernãdiz por plazo que fece Gõcauo Ramiriz antre suos filios e Lourẽzo Fernãdiz...” (início da *Notícia de Torto*, 1214⁵) difere substancialmente da correspondente frase actual, que seria: “Da notícia do prejuizo que fizeram a Lourenço Fernandes por (causa do) pacto que fez Gonçalo Ramires entre os seus filhos e Lourenço Fernandes...”.

Nesta caminhada de séculos a língua portuguesa, em contacto com outras línguas, foi enriquecendo e mudando no léxico, na pronúncia, na morfologia e na sintaxe. Na sua **evolução** reconhecem-se habitualmente quatro períodos, ligados por épocas de transição⁶. São eles

- o *português antigo*, desde os primeiros documentos escritos em português até ao fim do século XIV
- o *português médio*, durante o século XV⁷
- o *português clássico*, até meados do século XVIII
- o *português moderno*, a partir do século XVIII.

Algumas características das diferentes fases da língua portuguesa estão indicadas a seguir:

- No *português antigo* encontram-se frequentes hiatos provenientes da supressão de consoantes entre duas vogais que, posteriormente, se reduziram a uma só por crase (p.ex.: palatiu > pa-aço > *paço*, sedere > se-er > *ser*), formaram ditongo (p.ex.:

³ Ver Cintra, 1971.

⁴ Ver Martins, 2002: 40.

⁵ Ver referência à *Notícia de Torto* em Cintra, 1971b.

⁶ Sobre outras características do Português Clássico e Moderno, ver Bechara (1991).

⁷ Em relação a este período, pode considerar-se que o português Médio é um grande período de mudança, uma transição de fase entre o português Antigo e o português Clássico.

germanu > irmã-o > *irmão*) ou foram separadas por um novo elemento (p.ex.: una > -a > *uma*, vinu > vī-o > *vinho*, arena > arē-a > *areia*)⁸. Ocorrem também palavras gramaticais hoje desaparecidas, como o distributivo *senhos* ‘cada um seu’. Empregam-se formas verbais que mais tarde se integraram nos paradigmas da língua (p.ex.: formas do futuro como *verrei* ‘verei’, *querrei* ‘quererei’). A segunda pessoa do plural é marcada pela consoante –d– entre duas vogais (p.ex. *podedes* ‘podeis’, *guardades* ‘guardais’).

- Durante o *português médio* a consoante –d– da segunda pessoa do plural foi suprimida dando lugar às formas verbais actuais, ao mesmo tempo que a terminação do particípio passado em –udo de verbos da segunda conjugação era substituído por –ido (p.ex.: *teudo* ‘tido’, *temudo* ‘temido’). Nos textos do século XV encontramos escritas alternantes das vogais nasais (p.ex.: *encherom* / *encheram*; *tendilham* / *tendilhom*, ‘*tendilhão*’). O sistema de demonstrativos *aqueste*, *aquesto*, *aquesta*, *aquisto*, *aquesse* é progressivamente substituído por *esse*, *este*, etc., persistindo apenas *aqueste*.
- Durante o *português clássico* adquirem estabilidade as três conjugações verbais actuais com a integração, na terceira conjugação, de verbos de duas conjugações latinas (p.ex.: *enquerer* ‘inquirir’, *finger* ‘fingir’, *caer* ‘cair’). Inicia-se uma progressiva substituição de *haver* por *ter* (p.ex.: *haver enveja*, ‘ter inveja’, *haver roubada sua terra* ‘ter roubado a sua terra’).⁶ Relativamente às vogais átonas, sabe-se que em Portugal, nessa época, o –a– tinha pronúncia reduzida, o –e– e o –i– alternavam frequentemente e o –o– em final de palavra pronunciava-se já como –u–.
- Foi só durante o período do *português moderno* que o –e–, e por vezes o –i–, em posição pré-tónica e pós-o tónica foram progressivamente substituídos por uma vogal reduzida que hoje é habitualmente suprimida no registo coloquial do português europeu. Estas vogais eram, desde o início da língua, bastante mais audíveis do que são hoje em Portugal (semelhantes, portanto, às vogais átonas do português brasileiro e do português falado em África).

⁸ Estes hiatos mantiveram-se na escrita de textos do século XV ainda que as duas vogais se pronunciassem a pronunciar como uma só.

⁶ Cf. Mattos e Silva (1994: 265).

Por volta dos séculos XIV-XV teve início a separação que hoje se verifica entre o **português** e o **galego** (p.ex.: no galego não existem fricativas palatais sonoras, como se revela na grafia de *xeito*, ‘jeito’, nem existem vogais nasais, como se observa em *unión*, que difere de ‘união’). Esta progressiva separação tem sido entendida por alguns especialistas como tendo dado nascimento a duas línguas⁹, enquanto outros consideram tratar-se de um grupo de dialectos que se distinguem, em conjunto, dos dialectos portugueses¹⁰.

3. Variação linguística no português

3.1. As variedades nacionais

A mudança que se observa numa língua no decorrer do tempo tem paralelo na mudança dos conceitos de vida de uma sociedade, na mudança das artes, da filosofia e da ciência e, até, na mudança da própria natureza. Essa evolução temporal, essa mudança diacrónica ou histórica é um dos aspectos mais evidentes da **variação** inerente a qualquer língua. Mas também a língua varia no espaço, razão por que o português apresenta as **variedades nacionais** de Portugal e do Brasil, países em que é considerado língua nacional, e as de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Loro Sae, em que foi adoptado como língua oficial.

Para exemplificar a variação entre variedades nacionais, vejamos algumas diferenças entre o português europeu (PE) e o brasileiro (PB), diferenças que se encontram em várias áreas da língua. No nível fonético é evidente, em PE, a redução das vogais átonas e a existência de uma vogal [i], com as características de um *shwa*, que frequentemente é suprimida (p.ex. *partir* p[ɐ]rtir, *tomar* t[u]mar, *separar* s[ɨ]p[ɐ]rar ou sp[ɐ]rar, *pode* pod[ɨ] ou pod[]) enquanto em PB essas vogais não apresentam a mesma redução (p[a]rtir, t[o]mar, s[e]p[a]rar, pod[i]). Na maioria dos dialectos do Brasil, ocorre uma palatalização do /t/ e do /d/ nos característicos [tʃ] e [dʒ] (p.ex. *tia*, [tʃ]ia, *bate*, ba [tʃ]i, *dia*, [dʒ]ia, *pode*, po[dʒ]i), a vocalização do /l/ final de sílaba (*Brasil*, Brasi[w] e não *Brasil*) e a introdução de um [i] entre duas consoantes que habitualmente não

⁹ Ver Monteagudo (2002).

¹⁰ Esta perspectiva dialectal foi proposta em Cintra (1971).

formam grupo (p.ex. *captura* cap[i]tura, *absurdo* ab[i]surdo, *pneu* p[i]neu). Outros aspectos em que as duas variedades se distinguem situam-se nos níveis morfológico, sintáctico e, sobretudo, lexical. Assim, os pronomes pessoais clíticos de terceira pessoa têm formas diversas (p.ex. em PE, ‘eu vi-o na rua’, ‘eu quero vê-lo’, e em PB, ‘eu vi *ele* na rua’, ‘eu vi *você* na rua’, ‘eu quero lhe ver’, eu quero ver você’). O uso de *ter* e *haver*, em PB, com o significado de *existir* em PE (p.ex. PB *tem* fogo naquela casa vs. PE *há* fogo naquela casa). O possessivo é, em PE, normalmente precedido de artigo (*o meu* carro) enquanto em PB ocorre sem artigo (*meu* carro). Por fim, as formas de tratamento revelam-se muito mais complexas em português europeu causando, por vezes, dificuldades em falantes de outras variedades (p.ex. enquanto o PE usa, para o tratamento deferente, o nome próprio, o cargo, o título ou o grau de parentesco, o PB utiliza *o senhor*, *a senhora*; no discurso familiar o PE usa *tu* e o *você* ao passo que o PB utiliza maioritariamente *você*).

3.2. Variação geográfica: os dialectos

As variedades nacionais de uma língua não apresentam uma uniformidade interna, mas são constituídas por variantes geográficas que denominamos **dialectos**. Os dialectos do português europeu não são muito distintos entre si, talvez por razões de carácter histórico nas quais ressalta o facto de Portugal ser o país europeu com as fronteiras mais antigas. Essa aparente uniformidade fez com que, durante muito tempo se considerasse o mirandês como o único dialecto do português, dada a estranheza que as pessoas sentiam nessa forma de falar. Afinal, essa estranheza era devida ao facto de o mirandês ser um dialecto de uma língua diferente, o asturiano ou asturo-leonês, que tem características distintas do português. A confusão desapareceu a partir de 1997, ano em que o mirandês foi considerado oficialmente uma língua minoritária com estatuto reconhecido no território linguístico português. Do mesmo passo, Portugal deixou de ser um país monolíngue e os mirandeses passaram a ser indivíduos bilingues.

Por outro lado, o dialecto não é hoje considerado uma forma ‘diferente’ (e até desprestigiada) de falar uma língua, mas é ‘qualquer’ forma de falar uma língua

conforme a região a que pertence o falante. No caso do português europeu, os dialectos que o constituem podem agrupar-se da seguinte forma¹¹:

- (a) Os dialectos *setentrionais*, caracterizados pelo desaparecimento da oposição entre /b/ e /v/ e sua fusão numa única consoante, realizada quer como [b] quer como [v]¹², pela manutenção das fricativas ápico-alveolares /ʃ/ e /ʒ/ (graficamente <s> e <ss>, como em *saber, passo*), pela conservação do ditongo /ow/ (graficamente <ou>, como em *pouco, soube*), pela manutenção da oposição entre a africada /tʃ/, (graficamente <ch>, como em *chave, chama*) e a fricativa palatal /ʃ/, (graficamente <x>, como em *xaile, paxá*).
- (b) Os dialectos *centro-meridionais* apresentam a substituição das consoantes ápico-alveolares /ʃ/ e /ʒ/ pelas dentais [s] e [z], a redução do ditongo /ow/ a [o] e a perda do segundo elemento do ditongo /ej/ (como em *leite, feira*) reduzido a [e]¹³.
- (c) Os dialectos dos Açores e da Madeira exibem características específicas. No arquipélago açoriano, o dialecto *micaelense* apresenta as vogais palatais [ü] a [ö] que correspondem, respectivamente, a /u/ e /o/ (como em *uva*, [ü]va; *pouco*, p[ö]co; *boi*, b[ö]i; *piolho*, pi[ö]lho) e a elevação do /o/ tónico para [u], como em: *doze*, d[u]ze; *amor*, am[u]r. No arquipélago *madeirense* nota-se a velarização do /a/ tónico, aproximando-se a sua pronúncia por vezes do [ɔ] (ex: *casa*, c[ɔ]sa,), a substituição do /i/ tónico por [éj] (exs: *ilha* [éj]lha, *jardim*, jard[éj]) e a palatalização do /l/ quando precedido de [i] (ex: *filetes*, fi[ʎ]etes).

Nos dialectos setentrionais podem ainda notar-se duas regiões: Trás os Montes e Alto Minho, em que se conservaram as quatro consoantes fricativas com pronúncias distintas (as ápico-alveolares sonora /ʒ/ e não-sonora /ʃ/, que correspondem às grafias <s>, <ss>, e as dentais sonora /z/ e não-sonora /s/, que correspondem às grafias <z> e <ç>) e a região que engloba o Baixo Minho, o Douro litoral e a Beira Alta, que manteve apenas as fricativas ápico-alveolares.

¹¹ Sobre a caracterização dos dialectos do português europeu, ver Cintra, 1971. Para mais detalhes, ver Segura e Saramago, 2002. As diferenças entre os dialectos portugueses são basicamente de carácter fonético.

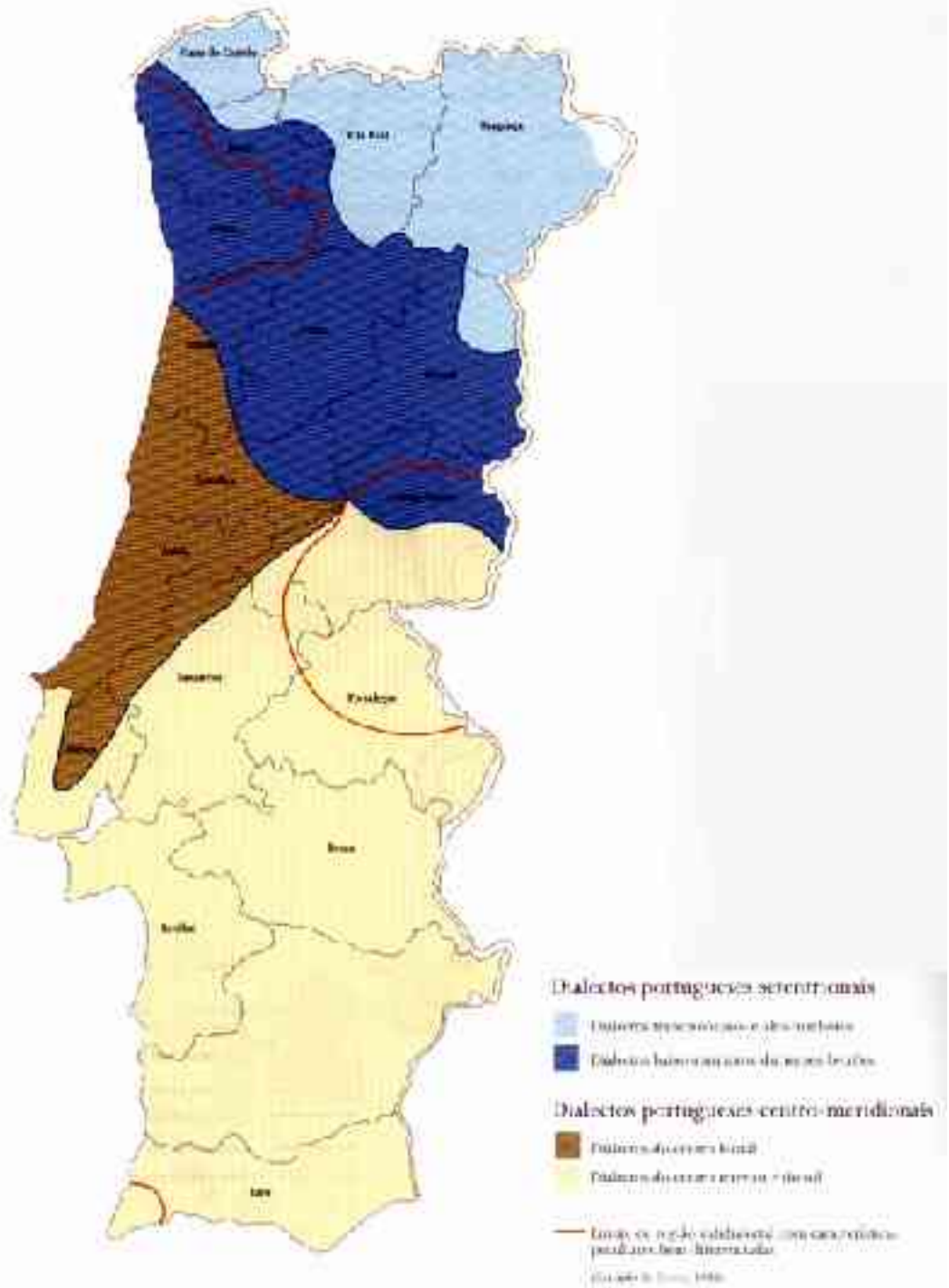
¹² Sempre que se considere necessário, indicam-se os sons entre parênteses rectos, [], quando se trata da sua pronúncia (ou seja, do nível fonético) e entre barras oblíquas, / /, se nos referimos a um elemento do nível fonológico, comum aos vários dialectos e variedades.

¹³ Na região de Lisboa este ditongo conserva-se com a pronúncia [ej]

Nos dialectos centro-meridionais existem duas regiões com características próprias: os dialectos do Centro-Litoral (Estremadura e parte das Beiras) e os do Centro-Interior e Sul, (Ribatejo, Beira Baixa, Alentejo e Algarve) que se distinguem na pronúncia do ditongo /ej/, conservado no Centro-Litoral e reduzido à vogal [e] no Centro-Interior e Sul.

No **Mapa** seguinte pode observar-se a divisão dialectal de Portugal de acordo com a caracterização acima apresentada.

Mapa 2



3.3. Variação sócio-linguística e situacional: sociolectos e registos

Além da variação dialectal, as línguas também apresentam variantes decorrentes dos diferentes grupos sociais a que pertencem os falantes (etários, sócio-culturais, sócio-profissionais¹⁴) e que são denominadas **sociolectos**. Quando se iniciou o estudo de variantes marcadas por factores sociais, foi convicção generalizada durante anos que as variantes utilizadas por classes não escolarizadas eram linguisticamente mais pobres e insuficientes para servir a expressão e comunicação de conceitos abstractos e sentimentos elaborados. Todavia, trabalhos realizados por sociolinguistas desde os anos 60¹⁵ vieram provar que não há insuficiências decorrentes das características linguísticas desses sociolectos que impeçam a explicitação verbal de conceitos científicos ou filosóficos. A questão centra-se nas necessidades e nos interesses sócio-culturais, que exigem da língua usada determinada especialização. Estamos, portanto, diante de um conceito sócio-cultural aplicado às línguas e não diante de uma perspectiva linguística. Hoje é facto assente que todos os falantes usam um determinado sociolecto correspondente ao contexto sócio-cultural em que estão integrados.

Um dos aspectos mais evidentes da diferença sociolectal reside no vocabulário utilizado pelos falantes. Quando se trata de um léxico específico, a sua apresentação como linguagem de especialidade denomina-se uma terminologia. Mas também os sociolectos se diferenciam na pronúncia (há uma pronúncia *snob*, uma pronúncia popular, p.ex.), ou na morfologia e na sintaxe (faltas de concordância entre o sujeito e o predicado podem concorrer para caracterizar certos sociolectos¹⁶).

Diferentes dos sociolectos são os **registos** linguísticos que decorrem das circunstâncias em que se produz a fala. É frequente encontrar referências à fala coloquial ou familiar quando se lê um trabalho de linguística. A supressão da vogal [ɨ] – a vogal muito reduzida que caracteriza a variedade europeia do português – em palavras como *sabe*, pronunciado [sáb] costuma relacionar-se com a fala coloquial e

¹⁴ A variação sócio-cultural também é denominada diastrática.

¹⁵ Ver, sobretudo, Labov, 1972 e, para o português do Brasil, sobretudo Silva e Scherre (orgs.), 1996.

¹⁶ Ver sobre esta questão Scherre & Naro, 2001.

fluente, tal como a realização de uma semivogal, [j], em palavras como *criado*, pronunciado [krjádu] (e não [kriádu]).

Mas a variação decorrente de diferentes registos vai muito para além destes exemplos de pronúncia. Um diálogo ao telefone exige determinada informação que substitui as indicações dadas pelos interlocutores quando estão em presença um do outro. O modo como nos dirigimos a pessoas hierarquicamente superiores é diverso do que usamos para falar com aqueles que nos são familiares. Um locutor de televisão utiliza expressões que não empregaria no seu dia a dia, e que são diferentes, até, das que usa um locutor de rádio. O uso **oral** de uma língua distingue-se do seu uso **escrito**. Uma conversa através da Internet tem, por seu lado, características particulares em consequência da adaptação a este recentíssimo meio de comunicação.

Perante tantas formas de variação linguística deve pôr-se em relevo que a língua que a todas cobre é, evidentemente, uma abstracção necessária à sua descrição como língua particular que, nessa perspectiva, se distingue e contrasta com as restantes línguas naturais. Mas em todas essas modalidades, a língua com que comunicamos uns com os outros e conosco mesmos exhibe a sua vitalidade e mostra que é um **organismo vivo**, uma forma indissociável das restantes manifestações do comportamento humano.

4. Causas da variação

Por que variam as línguas? Que causas desencadeiam a mudança no decorrer dos tempos e a variação que, em cada momento, elas exibem?

O **contacto com outras línguas** e com outras realidades sociais, culturais e políticas é uma das principais causas de mudança e de variação, uma causa exterior que provoca alterações internas¹⁷. As palavras estendem ou restringem o seu significado (a palavra *estremecida*, que outrora significava *tremida* e *muito amada*, mantém somente o primeiro significado; *meter* é usado hoje, muitas vezes, em lugar de *pôr* por influência do francês *mettre*; *capturar* substitui, em certas circunstâncias, *captar*, do inglês *to capture*). As frases alteram a sua construção (‘posso ter um copo de água?’ é inspirado no inglês ‘may I have a glass of water?’). O léxico acolhe novas entradas e esquece

¹⁷ Os exemplos apresentados nesta secção pertencem ao português europeu.

outras (*chapéu* entrou em português no século XIII, importado do francês antigo *chapel*; *antanho*, isto é, *antigamente* é desconhecido das novas gerações).

No campo do léxico globalmente considerado lembre-se a importância das palavras que entraram no português pelo contacto, no Brasil, com as línguas ameríndias e com as línguas das comunidades imigrantes (alemão, japonês, holandês e quantas mais); lembre-se também a entrada de empréstimos das línguas nacionais africanas no português falado em África; na Ásia, considerem-se as palavras que emigraram para o português vindas das regiões longínquas onde chegaram os barcos portugueses. Na Europa, as línguas de prestígio também contribuíram para uma transformação do léxico: diariamente vamos integrando palavras que vêm escondidas na tecnologia importada do inglês e em muitos campos da nossa vivência quotidiana. Enfim, de geração para geração as palavras mudam de forma.

A mudança proveniente do contacto não se resume ao léxico nem a um número restrito de variações gramaticais ou fonéticas¹⁸. O contacto entre línguas pode dar origem ao surgimento de **línguas mistas** – o sabir ou língua franca, os pidgins e os crioulos. O pidgin é um género especial de língua reduzida que serve as necessidades de um grupo de falantes de línguas diversas, ao passo que o crioulo é uma língua nativa que surge em circunstâncias especiais de colonização e tem, portanto, uma língua colonizadora como base, constituindo-se o crioulo como língua autónoma com uma gramática própria¹⁹. Está hoje completamente posto de parte o conceito errado de que o crioulo era a língua de base ‘mal falada’, ou um seu dialecto. Em certos países africanos que têm o português como língua oficial (em Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe) existem crioulos como língua materna da larga maioria da comunidade linguística.

As causas da mudança não são apenas exteriores. A **mudança interna**, endógena, também se dá. Os fenómenos fonéticos de supressão de consoantes e vogais, ou mesmo de palavras inteiras com menor corpo fonético (como, em português, as formas do acusativo dos pronomes pessoais, *o*, *a*, *os*, *as*, que são substituídas em alguns dialectos do português brasileiro por formas do nominativo *ele*, *ela*, *você*, etc.) desenvolvem-se muitas vezes pelo mero facto de a língua ser falada, usada. A simplificação de um dos sistemas da língua pode constituir-se em factor de modificação

¹⁸ Sobre os problemas decorrentes do contacto entre línguas, ver Mota, 1996, sobretudo 518-520.

¹⁹ Sobre pidgins e crioulos, ver Baxter, 1996.

e levar, por exemplo, à redução de várias formas verbais a uma única, o que sucede no português do Brasil com formas como *tu fala*, *ele fala*, *nós fala*, ou no inglês com as conjugações verbais.

5. Variação e norma

Um dos problemas que mais ocupa e preocupa os falantes é o de conhecer o que é correcto ou incorrecto no uso da língua, de saber onde se fala correctamente e que formas linguísticas devem servir de modelo. Este conceito é muitas vezes mal entendido embora, evidentemente, a norma linguística tenha um papel social que deve ser tomado em atenção. Vejamos, no entanto, o que quer dizer ‘correção’ e qual a relação deste conceito com o de **norma-padrão**.

Todos concordaremos em que não pode dizer-se que a língua falada no século XV ou no século XVII é melhor do que a falada no século XXI. Do mesmo modo, também não pode dizer-se que o português falado em Portugal é melhor do que o que se usa no Brasil ou em Moçambique. No entanto, não são raros estes julgamentos de valor relativamente a variedades de uma mesma língua. Quais os argumentos em que se baseiam tais julgamentos?

O modelo do **passado histórico** é muitas vezes invocado como base de uma valorização linguística. Se tal servisse para prestigiar a variedade do português europeu perante as demais variedades, devia lembrar-se que a língua que os portugueses difundiram com a colonização tinha um sistema de vogais átonas claramente menos reduzido do que a norma actual do português falado em Portugal e mais próximo, portanto, das normas brasileira e africana. Este é um dos exemplos em que a variedade europeia manifesta uma maior evolução do que outras variedades do português. Mas não podemos com isto supor que a pronúncia de outras variedades como a brasileira tenha ficado suspensa no tempo. Exemplos claros de evolução são a vocalização do /l/ final de sílaba (*Brasil*, Brasi[w]) ou a palatalização do /t/ e do /d/ (*tia*, [tʃ]ia, *bate*, ba[tʃ]i). Este tipo de observações pode multiplicar-se, provando que conservação e mudança fonéticas caracterizam, diferenciando, as variedades de uma mesma língua sem que constituam em si próprias uma superioridade linguística.

O argumento de **conservação de características** linguísticas é invocado, igualmente, em relação a outros aspectos da língua como apoio de julgamentos de valor. Mas também aqui os processos são complexos e não justificam tais julgamentos. Vejamos um exemplo.

No desaparecimento, nas línguas românicas, da diferença entre formas nominais que distinguiam os casos latinos com funções como as de sujeito, objecto directo ou indirecto, a língua portuguesa apresenta uma excepção: os pronomes pessoais. O *eu*, sujeito, diferencia-se do *me*, objecto indirecto; o *ele* e o *ela*, sujeitos, distinguem-se de *o* e *a* quando objectos directos. Portanto, frases como ‘Eu vi ele na rua’ que ocorrem em certas variedades do português como a brasileira – em que *ele* tem função de objecto directo devendo, portanto, dar lugar a *o* – são consideradas incorrectas. E, no entanto, essa “in correcção” mostra que também nesta circunstância se aplicou a regra geral de desaparecimento dos casos latinos, reduzindo as formas casuais dos pronomes pessoais às formas do nominativo (função de sujeito). É no ambiente da chamada “língua culta” e através da escolarização que o falante aprende que, nessa e em outras circunstâncias, a regra geral de desaparecimento da distinção entre formas casuais não foi aplicada, tendo-se mantido essa distinção nos pronomes pessoais que hoje constituem uma excepção – como são excepção, nos verbos irregulares, as formas *fiz* (em lugar do regular **fazi*) ou *trouxe* (em lugar de **truxe*, paralela de *pude*).

Estas são histórias secretas das palavras, regras que foram desactivadas, interacções, mistérios. E, contudo, essas mesmas formas excepcionais que a escola nos ensina vão sofrendo alterações, modificações, novas regras surgem e começam a ser aplicadas, outras caem em desuso. Não pode considerar-se, portanto, que determinado momento na história de uma língua, ou que a forma que se fixou em certa variedade, sejam superiores de um ponto de vista linguístico a outros momentos ou a outras formas.

Um diferente tipo de argumentos apresentados para valorizar certa(s) variedade (s) fundamenta-se em factores que só longinquamente se relacionam com a natureza da língua: o número de falantes, a importância histórica, o estatuto adquirido em contextos multilingues institucionalizados. Ainda que tais argumentos pudessem justificar a superioridade de uma variedade, o facto de esses argumentos serem de natureza sócio-política confirma que se trata de uma visão não exclusivamente

linguística, mas claramente **sócio-cultural**. Portanto, se do ponto de vista linguístico não há hierarquia entre as variedades de uma língua, toda a afirmação que se produza nesse sentido radica em critérios de carácter social.

O que se afirma em relação às variedades nacionais de uma língua pode dizer-se igualmente em relação aos seus dialectos. O desprestígio que marca certas pronúncias tem como causa a consagração de um dialecto como norma da língua culta, dialecto que corresponde, normalmente, ao que se fala na região em que estão sediados os órgãos do poder. Mas se hoje a sede do poder político está na região de Lisboa, tempos houve em que o português falado no interior das Beiras determinava a pronúncia correcta. Aliás, uma das características mais evidentes destes dialectos, o chamado ‘s beirão’ que se pronuncia com a ponta da língua a tocar nos alvéolos, é herdeiro directo do ‘s latino’, enquanto nos restantes dialectos o ‘s dental’ resultou, sobretudo, da evolução da sequência latina *ti*. Esta é a razão por que a grafia de palavras como *passo* (‘passum’ em latim) e *paço* (‘palatium’ em latim) diferem e correspondem, em certos dialectos, a pronúncias diferentes, enquanto nos outros dialectos (nos quais se incluem os da região de Lisboa) convergiram para uma única pronúncia²⁰. Estamos, portanto, neste caso como em muitos outros, perante uma forma da língua com raízes históricas que não é habitualmente considerada como fazendo parte da norma.

Mas se todas as formas que a língua assume na sua variação têm o mesmo estatuto linguístico, poderemos falar de **norma-padrão**, ou seja, de uma escolha entre variantes que se aceite como modelo e seja utilizada no ensino da língua materna e estrangeira ou nos meios de comunicação?

A existência de uma norma-padrão é necessária como referência da produção linguística e como garante da aceitabilidade de um certo comportamento no contexto sócio-cultural em que estamos inseridos. Todas as variedades nacionais possuem a sua norma-padrão de que a escola é especial depositária. Como em qualquer campo da actuação humana, a norma tem justificações sócio-políticas e históricas, de carácter pedagógico e comunicativo. É, em certas circunstâncias, um factor de identificação linguística e cultural e de solidariedade social. Em última análise, o papel da norma linguística torna-a um instrumento essencial de cidadania nas sociedades contemporâneas.

²⁰ Ver em 3.2. a caracterização destes dialectos.

Tendo presente, contudo, a evidência da variação linguística no tempo e no espaço e a constante mudança decorrente da actividade linguística, existem dificuldades na definição de uma norma-padrão que nos permita, em cada momento, estabelecer sem dúvidas uma distinção entre o ‘correcto’ e o ‘incorrecto’. Na verdade, existe uma alta percentagem de subjectividade que nos leva, em muitas ocasiões, a anatematizar certas construções ou certas formas lexicais. Tomemos alguns exemplos do português europeu.

A rejeição da forma do plural em “A maioria dos estudantes *passaram* no exame”, ou a supressão da preposição antecedente do *que* nas orações relativas como “O prédio *que* o Paulo vive é moderno” (em lugar de “O prédio *em* que o Paulo vive é moderno”), “O autor *que* eu mais gosto é Aquilino” (em vez de “O autor *de* que eu mais gosto é Aquilino”) são formas aceites, hoje, como alternâncias possíveis, já que elas ocorrem com frequência e se justificam linguisticamente²¹. Vejamos essa justificação: a alternância singular/plural em “A maioria (dos estudantes) passou/passaram” mostra que a concordância verbal se faz quer com a expressão ‘a maioria de x’ (*A maioria* dos estudantes passou), quer com o núcleo do sintagma nominal ‘os estudantes’ (*A maioria dos estudantes* passaram); a omissão da preposição nas relativas (“O autor *que* eu mais gosto”) pode entender-se por paralelismo com frases sem preposição (“O autor *que* eu mais admiro”).

Sendo assim, quem decide sobre a correcção ou incorrecção do uso do plural ou da oração relativa com omissão da preposição? Quem decide, em última instância, o que pertence à norma-padrão e o que deve ser corrigido? Por que achamos que a forma *há-dem, construída sobre *comem* com incorporação da preposição *de* no corpo do verbo *haver*, é reprovável, e só pode aceitar-se *hão-de*? Por que consideramos que *comestes tem que ser substituído por *comeste*, quando todas as segundas pessoas dos outros tempos verbais (*comes*, *comias*, etc.) terminam em –s–? Por que consideramos que o verbo *pensar* não pode ser seguido por *de* (*Penso de que....) mas *gostar* pode, ainda que, com este último verbo, a omissão da preposição seja aceitável (“O autor *de* que eu gosto” / “O autor *que* eu gosto”)? Onde vamos buscar argumentos para afirmar sem dúvidas que, por exemplo “Houveram muitos acidentes” é impossível e tem que ser corrigido para

²¹ Os exemplos foram tomados do estudo de Peres e Mória, 1995.

“Houve muitos acidentes”? Como saber o que se pode aceitar e o que se deve reprovar?

Vários factores concorrem para a definição e aceitação da norma que não pode, hoje, tomar o seu modelo exclusivamente das gramáticas normativas ou dos autores consagrados²².

A escola obrigatória e universal é, sem dúvida, um primeiro factor de estabilização da língua. Aí se pratica o desenvolvimento de um 'código elaborado' em todos os níveis linguísticos, pela estimulação da explicitação verbal perante as novas exigências do conhecimento. E porque a escola é o lugar marcado pelo poder para a orientação da sociedade, a evidência da não escolarização, quando se utiliza um registo diferente da norma, é elemento de discriminação. Daqui decorre a importância da escolarização como factor que proporciona as condições básicas de acesso de todos os membros da sociedade às estruturas do poder.

Um segundo interveniente na identificação da norma e na explicação da variação é o linguista, a quem compete estudar e analisar, conhecer e compreender o funcionamento da língua. Esse é o objectivo primordial do seu trabalho. O linguista é o profissional que conhece os meandros da história da língua e sabe distinguir entre a variação dialectal radicada na diferença, a excepção que ainda perdura e a forma que decorre do desconhecimento e da ignorância. É, portanto, esse saber especializado que se lhe pede, no reconhecimento das formas linguísticas estabilizadas e na identificação das mudanças que se encontram em curso.

Mas temos que reconhecer que os falantes estão expostos a muitos outros meios de influência linguística, nomeadamente os meios de comunicação. Podemos até aceitar a afirmação de que “a norma portuguesa dotada de maior vitalidade e capacidade de fazer adeptos é a que transmitem os jornais, a rádio e a televisão²³.”

Este conceito de caracterização da norma – vitalidade e capacidade de fazer adeptos – pode ser discutível mas é aliciante. Parece evidente que o discurso dos meios de comunicação é o que apresenta mais vitalidade: rodeia-nos, entra na nossa casa, é inovador, exhibe uma constante mudança. É passível das nossas críticas mas influencia o nosso falar quotidiano. Não podemos aceitá-lo sem critério e não podemos, igualmente, desconhecê-lo.

²² Sobre esta questão, ver Castro, 2002, pp. 12-13.

²³ Cf. Castro, 2002, p. 12.

O interesse que incide sobre o discurso utilizado nos meios de comunicação social levou à criação de um projecto com o objectivo de analisar o carácter inovador desse discurso em vários domínios da língua. Os capítulos que constituem a parte II deste livro são exemplificativos de variações em relação à norma-padrão, variações que poderão ser interpretadas como mudanças em curso na variedade europeia do português. Esperemos que estes exemplos contribuam para a consciencialização de que a língua, como organismo vivo, manifesta simultaneamente uma constante mudança e uma necessária estabilidade.

Bibliografia

- BAXTER, Alan (1996). Línguas pidgin e crioulas. In FARIA, I. H., GOUVEIA, C., PEDRO, E. e DUARTE, I. (orgs.) (1996): 535-545.
- BECHARA, Evanildo, 1991. As fases da língua portuguesa escrita. *Actes du XVIIIe. Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Ed. Dieter Kremer, vol. III, Tübingen, Max Niemeyer: 68-76.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley, 1971a. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. *Boletim de Filologia*, XXII, 81-116. Republicado em *Estudos de dialectologia portuguesa*, 1983. Lisboa: Sá da Costa Editora, pp. 117-164
- CINTRA, Luís Filipe Lindley, 1971b. Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: la *Notícia de Torto* (lecture critique, date et lieu de rédaction). *Actele celui de-al XII-lea Congres International de Linguística si Filologie Romanica*. Vol. II, Bucareste, 1971: 161-174.
- FARIA, I. H., GOUVEIA, C., PEDRO, E. e DUARTE, I. (orgs.) (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho. Caps. 10 e 11.
- LABOV, William, 1972. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- MARQUILHAS, Rita, 1996. Mudança linguística. In FARIA, I. H., GOUVEIA, C., PEDRO, E. e DUARTE, I. (orgs.) (1996): 563-588.
- MATEUS, Maria Helena Mira (org.), 2002. *As línguas da Península Ibérica*. Arrábida, 2001. Lisboa: Edições Colibri.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia, 1994. Para uma caracterização do período arcaico do Português. *DELTA*, vol. 10, Nº Especial: 247-276.
- MONTEAGUDO, Henrique, 2002. O porvir do idioma galego. In Mateus (org.), 2002:19-34.
- MOTA, Maria Antónia Coelho da (1996). Línguas em contacto. In FARIA, I. H., GOUVEIA, C., PEDRO, E. e DUARTE, I. (orgs.) (1996): 505-534
- PERES, João Andrade & Telmo MÓIA (1995). *Áreas críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, Col. Universitária.
- SEGURA, Luísa & João SARAMAGO, 2002. Variedades dialectais portuguesas. In Mateus, Maria Helena Mira (org.), 2002. Catálogo da Exposição *Caminhos do Português*. Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 221-240.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira & NARO, Anthony Julius, 2001. Passado e presente na concordância de número em português: evidências do português europeu moderno. *II Encontro de Estudos Diacrônicos do Português (II EDiP)* UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara (29 a 31 de agosto de 2001).
- SILVA, Giselle M. de Oliveira e & Marta M. SCHERRE (orgs.), 1996. *Padrões sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.